

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 151

Período: 20/11/04 a 26/11/04

Franca – Brasil

- 1- Missão no Haiti I: Soldado brasileiro em estado grave no Haiti reclama falta de apoio do Exército
- 2- Missão no Haiti II: Seitenfus volta ao Brasil e deixa recomendações à missão de paz da ONU
- 3- Missão no Haiti III: Força da ONU no Haiti deve receber reforço de 2 mil soldados
- 4- Lei da Anistia gera controvérsias
- 5- Ministro da Defesa acredita que o Brasil saiu vitorioso com Declaração de Quito
- 6- Questão nuclear I: Diretor da AIEA critica posicionamento brasileiro
- 7- Questão nuclear II: Brasil e AIEA fecham acordo. Programa de produção nuclear será retomado
- 8- Cúpula Ibero-americana termina com críticas a intervenções militares unilaterais
- 9- Licitação para compra de caças da FAB é adiada novamente
- 10- Brasil recebe apoio russo na ONU e assina memorando para a construção de foguetes
- 11- Polêmica acerca dos arquivos da ditadura militar
- 12- Exército é enviado ao Espírito Santo para conter incêndios de ônibus
- 13- México e Brasil divergem sobre vaga no Conselho de Segurança
- 14- Ministro da Defesa propõe venda de controle acionário para solucionar crise da Varig

Missão no Haiti I: Soldado brasileiro em estado grave no Haiti reclama falta de apoio do Exército.

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o soldado brasileiro Cristiano Penno Vieira, integrante da Minustah (Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti), que é comandada pelo Exército Brasileiro desde junho deste ano está com malária e foi internado em estado grave em um hospital na República Dominicana. Segundo o jornal, o soldado não recebeu apoio do Exército para viajar a Santo Domingo, capital da República Dominicana. Além disso, Vieira revelou que as Nações Unidas não poderão pagar suas diárias no hospital. O soldado Cristiano Penno Vieira deve receber alta até quinta-feira. De acordo com o Exército, o soldado contraiu a doença pelo fato de ter esquecido de tomar um comprimido preventivo que normalmente é dado aos militares, informou o jornal. O jornal *O Globo* noticiou que as forças do Brasil enfrentam dificuldades para realizar sua missão devido à violência no Haiti. Exemplo disso foi a uma manifestação que ocorreu no dia 18 de Novembro, quando a missão brasileira, em veículos blindados, teve que conter ex-soldados haitianos que comandaram a revolta contra o ex-presidente Aristide, os quais exigiam sua reincorporação ao Exército e o pagamento de soldos dos últimos dez meses. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 20/11/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 23/11/04; O Globo – O Mundo – 20/11/04*).

Missão no Haiti II: Seitenfus volta ao Brasil e deixa recomendações à missão de paz da ONU

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o enviado ao Haiti pelo governo brasileiro para desempenhar o papel de mediador político, Ricardo Seitenfus, deixou o Haiti no dia 19 de novembro, após entregar um relatório com várias recomendações à missão das Nações Unidas (ONU). Dentre elas está um “pacto de garantias democráticas” entre todas as facções políticas do país para que ocorram eleições gerais até o fim do ano de 2005, conjuntamente com a retirada das tropas da missão de paz da ONU. Ademais, o resultado de tais eleições deve ter o aval do Conselho de Segurança da ONU. Porém, Seitenfus declarou que até o fim das eleições a presença internacional é fundamental em diversas áreas e que esta presença tem uma boa aceitação no país caribenho, sendo o Brasil um país que desperta grande empatia no Haiti. O *Jornal do Brasil* afirmou que a população local encara o esforço de reconstrução civil como uma medida paliativa e que a impossibilidade de concluir a missão rapidamente, somada à fragilidade política que ameaça a liderança brasileira na missão, começa a denegrir a boa imagem do Brasil junto aos haitianos. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 22/11/04; Jornal do Brasil – Brasil – 24/11/2004*).

Missão no Haiti III: Força da ONU no Haiti deve receber reforço de 2 mil soldados

Segundo a *Folha de S. Paulo*, a Organização das Nações Unidas (ONU) pediu ao governo brasileiro o envio de mais 440 militares para o Haiti, sendo 300 da engenharia do Exército e 140 fuzileiros. Dos 3.700 militares da Missão das Nações

Unidas de Estabilização no Haiti (Minustah), 1.200 são brasileiros. O pedido da ONU já passou pelo Ministério das Relações Exteriores e está no Estado-Maior de Defesa, informou o jornal. Pela operação no Haiti, orçada em R\$150 milhões, o Brasil deve receber da ONU de R\$60 milhões a R\$90 milhões. Para a *Folha*, o comando brasileiro da missão no Haiti tem uma oportunidade do governo para atingir objetivos maiores como conquistar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Ainda de acordo com informações da *Folha*, o Comandante da força de paz das Nações Unidas no Haiti, o general brasileiro Augusto heleno Pereira, confirmou no dia 25 que o número de soldados da ONU no país deve aumentar em quase 2 mil homens até o fim do ano. A força de estabilização passará a contar com 6.100 soldados no total, aproximando-se do total prometido inicialmente de 6.700 soldados. De acordo com o jornal, Heleno e outros comandantes da força de paz têm reclamado nos últimos meses da falta de soldados no país, o qual no final de setembro voltou a viver episódios de violência política. Contudo, o general brasileiro acredita que, com o reforço, a missão de estabilização poderá atuar com mais eficiência contra os grupos armados que agem no país. (Folha de S. Paulo – Mundo – 23/11/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 26/11/04).

Lei da Anistia gera controvérsias

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o procurador João Gilberto Gonçalves Filho, de Taubaté (interior do estado de São Paulo), pediu liminarmente ao Ministério da Justiça a anulação de todos os processos de anistia cuja pensão ultrapasse 2,4 mil reais mensais ou 100 mil reais em caso de pagamento em parcela única. Como divulgado por *O Estado de S. Paulo*, o juiz Paulo Alberto Jorge da 1.^a Vara Federal de Guaratinguetá (estado de São Paulo) afirmou que a injustiça causada ao perseguido político, ora anistiado, não justifica que sua reparação gere injustiça social de mesma monta, ou ainda maior. O juiz Alberto Jorge foi o responsável por acolher liminarmente a ação civil do Ministério Público Federal contra indenizações milionárias. O juiz determinou ainda que o governo revise todas as prestações anteriormente concedidas e atualmente mantidas e que haja auditoria jurídica nos processos administrativos em que houve concessão de reparação pecuniária pela Comissão de Anistia. Segundo o procurador Gonçalves Filho, essas indenizações são ilegais perante a Constituição Federal Brasileira e a Lei de Anistia. Entretanto, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, formada por representantes da sociedade civil, do governo e das Forças Armadas, concedeu uma indenização de 2,54 milhões de reais ao ex-piloto da Varig, José Caetano Lavorato Alves, além de uma pensão mensal de 12,3 mil reais. Lavorato foi demitido no ano de 1988 por conta de um decreto do regime militar que autorizava a demissão de sindicalistas dos setores considerados essenciais que entrassem em greve. Segundo o ex-piloto, “a nova lei [da Anistia] prevê que o anistiado deve receber como se estivesse na ativa”, fato que justifica a alta indenização concedida a ele. (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/11/2004).

Ministro da Defesa acredita que o Brasil saiu vitorioso com Declaração de Quito

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que o Vice-Presidente e ministro da Defesa brasileiro, José Alencar, conseguiu na 6.^a Conferência dos Ministros da Defesa das Américas, realizada no Equador, com que praticamente todos os pontos por ele defendidos em nome do Brasil fossem contemplados no documento final, ou seja, a Declaração de Quito. O texto, de 46 itens, reconhece a tese brasileira apoiada pelos países do América do Sul, de que "a pobreza extrema e a exclusão social afetam a estabilidade e a democracia, deixando vulneráveis a "segurança do Estado". Embora citando oito vezes a palavra terrorismo, esse fenômeno não foi considerado o maior problema de defesa da região, como queriam os Estados Unidos. Segundo o jornal, ficou estabelecido que todos os países se comprometam a trabalhar em cooperação para combater as chamadas novas ameaças do século 21 - terrorismo e o narcotráfico -, acrescentando que, à medida que houver maior inserção social, os países estarão se prevenindo contra os problemas que afetam sua segurança. Durante as discussões, havia propostas de criação de um exército multilateral, que atuasse na região para combate ao narcoterror. Outra proposta previa que as Forças Armadas passassem a se dedicar exclusivamente à segurança, papel hoje desempenhado pelas polícias, e não mais à defesa, como fazem os militares, sob a alegação de que hoje não há mais ameaças tradicionais sem necessidade de que os territórios sejam defendidos por militares. Países como o Brasil rejeitaram a tese, embora ressaltem que os militares já atuam no combate aos ilícitos, quando necessário. Ficou assegurado, também, como queria o Brasil, que a ONU seja considerada o foro de medidas de fomento, de confiança e segurança. Assim, espera-se que não haja, multilateralmente, organismo com mandato para deliberar sobre intervenções militares. O jornal *Folha de S. Paulo* lembrou que outros pontos como a não-proliferação de armas de destruição em massa foram discutidos, além de diversos outros temas relativos à Defesa e à segurança. (*Folha de S. Paulo – Brasil - 21/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/11/04; O Estado de S. Paulo – Editoriais – 22/11/04*).

Questão nuclear I: Diretor da AIEA critica posicionamento brasileiro

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que Gary Mulholland, o diretor do Projeto sobre Controle de Armas Nucleares da Universidade de Wisconsin, rejeitou na semana passada o argumento do governo brasileiro de que não pode dar aos inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) pleno acesso visual à usina de enriquecimento de urânio de Resende (no estado do Rio de Janeiro) porque precisa proteger o segredo tecnológico brasileiro. Segundo Mulholland "O que o Brasil está dizendo é que não pode confiar na AIEA. Isso é obviamente inaceitável para a agência, pois põe em dúvida sua credibilidade para atuar". Mulholland disse que não ignora a influência que os Estados Unidos e outros países mais poderosos têm sobre a AIEA. "Os EUA têm poder e certamente pressionam a agência, mas ela é uma organização independente e reage, como reagiu no caso do Iraque", disse ele, fazendo uma referência aos relatórios que declaravam que o Iraque não possuía armamento nuclear. Em outra reportagem, o jornal informou que a ex-embaixadora dos Estados Unidos no

Brasil, Donna Hrinak, aconselhou o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a ser "cuidadoso" no tratamento da questão da não proliferação nuclear e a "resolver logo suas diferenças com a AIEA sobre métodos de inspeção da futura usina de enriquecimento de urânio de Resende. Segundo o jornal, para Hrinak, "a questão da não-proliferação nuclear é um tema que, isoladamente, pode azedar seriamente as relações entre os dois países". Durante os debates da campanha presidencial, o presidente George W. Bush disse que a não proliferação de combustíveis e armas nucleares "é a prioridade número um" da guerra global que os Estados Unidos travam contra o terrorismo. Segundo Hrinak, os Estados Unidos tentará manter uma atitude positiva em relação ao Brasil devido ao Haiti. Segundo ela, "o Brasil está fazendo no Haiti algo contrário do que fez até agora. Está assumindo um papel internacional importante". Ela acrescentou: "Se o Brasil decidisse, por qualquer razão, deixar o Haiti, então acho que a reação (americana) seria muito ruim". (O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/11/04).

Questão nuclear II: Brasil e AIEA fecham acordo. Programa de produção nuclear será retomado

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, anunciou neste dia 24 que a fábrica de enriquecimento de urânio localizada em Resende, no Rio de Janeiro, começará a funcionar em dezembro. Segundo o ministro, o resultado da vistoria da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) com o aval para o início da produção já teria sido emitido. No entanto, um dia após o anúncio, um porta-voz da Agência declarou que o acordo não estava finalizado e que a AIEA não havia concluído a avaliação. Finalmente, neste dia 26, o diretor-geral da Agência, Mohammed El-Baradei, confirmou que o Brasil e a AIEA chegaram a um acordo de princípios que permitirá as inspeções na usina de Resende. El-Baradei não detalhou o acordo, mas afirmou que espera formalizá-lo nas próximas semanas. Declarações do governo brasileiro relataram que o país recebeu autorização para ativar o primeiro módulo da fábrica das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) sem que inspetores da Agência tenham acesso às centrífugas, tidas como segredo tecnológico. Conforme publicou *O Estado de S. Paulo*, o acordo não deve permitir que os inspetores da Agência tenham acesso total à tecnologia, mas desenhos produzidos por computadores permitirão que a AIEA saiba o que está sendo produzido. O acordo, segundo os técnicos, está sendo considerado como uma inspeção "parcial", mas suficiente para atender aos interesses da AIEA. Segundo afirmaram os técnicos do Ministério de Ciência e Tecnologia, falta ao protocolo definir alguns detalhamentos, como o número das inspeções anuais que devem ser realizadas e das amostras que serão recolhidas para testar o nível de enriquecimento de urânio, e que isso não impede o funcionamento da fábrica. A *Folha* informou que a fase de testes da fábrica de Resende deve começar em três semanas, com previsão de duração de até oito meses. Estima-se que a partir de agosto do ano que vem, o país começará a enriquecer menos de 15% do urânio utilizado para abastecer as usinas Angra 1 e Angra 2, com projeções de que até o fim de 2006, seja possível elevar esta taxa para 60%. O plano do governo busca a auto-suficiência de urânio enriquecido até 2010. Além da possibilidade de auto-

suficiência, o governo brasileiro estuda a possibilidade futura de exportar urânio enriquecido para outros países, desde que sejam signatários do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), divulgou a *Folha*. De acordo com o jornal, o Brasil é o nono país a entrar no seleto grupo de nações capazes de processar o enriquecimento do urânio, negócio que movimentava em torno de US\$ 4 bilhões por ano, segundo Aquilino Senra, professor do programa de engenharia nuclear da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O *Estado* ainda apontou que o acordo não surpreendeu o governo dos Estados Unidos, que esperava desde a visita do secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, ao país no início de outubro, que o impasse entre a AIEA e o Brasil fosse solucionado. Ainda de acordo com o jornal, as autoridades americanas deverão analisar o acordo antes de seu anúncio formal. (Folha de S. Paulo – Brasil – 25/11/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 26/11/04; Jornal do Brasil – Brasil – 25/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 25/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/11/04; O Globo – O País – 25/11/04; O Globo – O País – 26/11/04).

Cúpula Ibero-americana termina com críticas a intervenções militares unilaterais

Como declarou o jornal *O Estado de S. Paulo*, a 14.^a Conferência Ibero-Americana, realizada em São José, capital da Costa Rica encerrou com a assinatura da Declaração de San José, que apresentou críticas diretas às intervenções militares unilaterais. Ademais, foram sugeridas, durante as reuniões, propostas concretas de cooperação para a estabilização do Haiti, onde o Brasil comanda a Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (Minustah). (O Estado de S. Paulo – Internacional – 22/11/04).

Licitação para compra de caças da FAB é adiada novamente

De acordo com *O Globo*, a licitação para a compra de caças da Força Aérea Brasileira (FAB) deve ser novamente adiada. Segundo o jornal, o ministro da Defesa e Vice-Presidente, José Alencar, disse estar disposto a esperar pelo desenvolvimento de uma nova tecnologia para aviões, mas informou que a decisão ainda não foi fechada pelo governo. Os grupos que disputam o negócio são: a americana Lockheed Martin, com o F-16; o consórcio franco-brasileiro Dassault/Embraer com o Mirage 2000BR; o russo Sukhoi e o consórcio inglês, com o Gripen. Em sua visita ao Brasil, o Presidente russo Vladimir Putin procurou falar nas vantagens dos caças russos e agradeceu a possibilidade de seu país participar da concorrência. (O Globo – O país – 23/11/04).

Brasil recebe apoio russo na ONU e assina memorando para a construção de foguetes

Como afirma a *Folha de S. Paulo*, a visita do Presidente da Rússia, Vladimir Putin, ao Brasil, ocasionou um discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em defesa de uma ação internacional contra o terrorismo e suscitou o apoio russo à candidatura brasileira por uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU). Segundo a *Folha*, Serguei Lavrov, ministro das Relações

Exteriores da Rússia, enfatizou as boas relações diplomáticas entre a Rússia e o Brasil. O ministro disse que a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU) é necessária para elevar sua eficácia e reafirmou que a Rússia está disposta a apoiar a candidatura do Brasil a membro permanente no Conselho de Segurança da ONU. Além disso, o encontro foi marcado pela discussão de relações comerciais entre os dois países no setor da indústria bélica e na área aeroespacial. Os dois países chegaram a assinar um memorando para a construção de foguetes que seriam lançados de Alcântara (Maranhão). O acordo garante ao Brasil o acesso à tecnologia usada no programa espacial russo e, em troca, exige que o país consiga financiamento para o projeto, permitindo que os russos usem a tecnologia desenvolvida. No entanto, ainda estão em negociação os detalhes sobre a propriedade intelectual, as condições de acesso às informações e à infra-estrutura espacial. O jornal afirma que o interesse principal do Brasil está na tecnologia russa para Veículos Lançadores de Satélites (VLS) que utiliza combustível líquido. (Folha de S. Paulo – Brasil – 22/11/04; Folha – Opinião – 23/11/04; Folha de S. Paulo – Ciência – 23/11/04).

Polêmica acerca dos arquivos da ditadura militar

O jornal *O Estado de S. Paulo* relatou que o ex-presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, João Luiz Duboc Pinaud, em carta de demissão enviada ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alertou para a necessidade de abertura dos arquivos do regime militar, já que no governo há divergências sobre a questão. A nota, segundo palavras do presidente da Comissão, Hélio Bicudo, dizia que um país não pode ter furtada parte de sua história a pretexto de proteger a imagem de quem quer que seja. Também foi destacado que é preciso que isso seja de conhecimento público para que sejam evitadas as mesmas atrocidades futuramente. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, favorável à abertura dos arquivos militares, informou que tratará do assunto com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na próxima semana. Segundo o ministro, o governo federal decidiu revogar o decreto baixado pelo Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em dezembro de 2002, que prorroga por tempo indeterminado o sigilo dos documentos das Forças Armadas carimbados como sigilosos. Mas a abertura das informações, conforme já havia revelado Bastos, será feita com critério para não provocar traumas e constrangimentos na área militar e também para preservar os dados estratégicos do Estado. Bastos também informou que o governo irá recorrer da decisão da Justiça Federal, que deu um prazo de 15 dias para a União abrir os arquivos secretos em poder do Exército, Marinha e Aeronáutica. O despacho foi dado no dia 24 pelo juiz federal da 1.^a Vara de Guaratinguetá, Paulo Alberto Jorge, atendendo a pedido do Ministério Público. Segundo Bastos, a Advocacia-Geral da União (AGU) analisará detalhadamente a sentença para fundamentar o recurso, porque existem questões de Estado envolvidas. Adotando posição contrária a de Bastos, o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Félix, defende o arquivamento desses documentos. Entretanto, de acordo com o *Jornal do Brasil*, o substituto de Pinaud na Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, o advogado Augustino Pedro Veit, afirmou que “não há tanta resistência” no que se refere à abertura dos

arquivos. Segundo Veit, o coronel João Batista Fagundes disse que o comandante do Exército, general Francisco Albuquerque, garantiu à Comissão o livre acesso às informações confidenciais dos militares. Contudo, o governo estuda a melhor oportunidade para que isto seja feito. O corregedor-geral da União, Waldir Pires, afirmou considerar "natural" que alguns setores das Forças Armadas, segundo ele, "não democráticos", se contraponham à liberação, o que, no entanto, não deve impedi-la. O *Estado* também destacou as ações da Comissão Municipal de Direitos Humanos da cidade de São Paulo e de dezoito entidades da sociedade civil reunidas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que divulgaram nota em defesa do amplo acesso da população a informações públicas, dentre as quais as constantes nos arquivos do governo militar. (Folha de S. Paulo – Brasil – 21/11/04; Jornal do Brasil – Brasil – 20/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/11/04).

Exército é enviado ao Espírito Santo para conter incêndios de ônibus

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, devido ao roubo seguido de incêndio de dez ônibus na região da capital do Estado do Espírito Santo, o governador daquele estado, Paulo Hartung, pediu ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e ao ministro da Defesa, José Alencar, a presença do Exército nas ruas da cidade. Os soldados do Exército foram enviados com o fim de circular principalmente nos terminais rodoviários para garantir a segurança dos passageiros. A Secretaria de Segurança do Espírito Santo desconfia que tal ação venha sendo realizada pelo crime organizado através de integrantes do transporte clandestino ou outros sindicalistas do setor. Segundo a Secretaria, as ações contra os ônibus teriam como objetivo desestabilizar as operações de combate ao narcotráfico no Estado. A *Folha* informou que dez envolvidos nos ataques já foram presos. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ofereceu ao governador Paulo Hartung 1.060 homens da recém-criada Força Nacional de Segurança para substituir os 440 soldados do Exército que estão nas ruas de Vitória. Conforme publicou *O Estado de S. Paulo*, o governo estadual considerou positiva a proposta do Ministério da Justiça de enviar as tropas da Força de Segurança Nacional, mas prefere manter a presença das tropas do Exército por tempo indeterminado e só fazer a solicitação ao Ministério da Justiça se houver novos incidentes. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/11/04; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 26/11/04; O Estado de S. Paulo – Metrópole- 26/11/04; O Globo – O País – 23/11/04; O Globo – O País; 25/11/04).

México e Brasil divergem sobre vaga no Conselho de Segurança

Conforme informou a *Folha de S. Paulo*, no último dia 25, o México admitiu que tem uma "pequena diferença" com o Brasil em relação à aspiração brasileira de ocupar um lugar permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Segundo o chanceler mexicano, Luis Ernesto Derbez, a diferença entre a política exterior dos dois países não chega a atrapalhar o propósito de impulsionar juntos a agenda regional. Derbez esclareceu que essa diferença se

deve ao fato de que o Brasil candidatou-se a ocupar uma vaga permanente, enquanto o México considera melhor que se defina uma posição permanente no sentido de que ela seja reelegível e conforme uma postura regional. Para o chanceler, deveria haver um posto ou vários, sendo que alguns destes seriam dados para a região para que, com parâmetros próprios, esta defina quem e sob quais conceitos deve representá-la no Conselho de Segurança. Contudo, Derbez afirmou que os dois países trabalham juntos em diversos cenários políticos, sócio-econômicos e comerciais, visando alavancar a integração da América Latina. Em contrapartida, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que o ex-secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Boutros-Ghali, acredita que é fundamental a presença do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, caso haja uma eventual ampliação do mesmo, pois proporcionaria um “debate entre países ricos e emergentes”. Ainda segundo jornal, Boutros-Ghali não conseguiu sua reeleição apenas porque os Estados Unidos usaram de seu poder de veto para impedir a renovação de seu mandato. O ex-secretário-geral destacou que a legitimidade dos novos membros precisa ser baseada na capacidade que possuem de contribuir para a resolução dos problemas entre os países ricos e pobres. (Folha de S. Paulo – Mundo – 26/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/11/04).

Ministro da Defesa propõe venda de controle acionário para solucionar crise da Varig

Segundo o colunista Boechat, do *Jornal do Brasil*, no último dia 25, o presidente da empresa aérea Varig, Luís Martins, foi ao Ministério da Defesa apresentar o plano de reestruturação da companhia. De acordo com a coluna, o ministro da Defesa, José Alencar, disse no encontro que o governo considera a venda de parte do controle acionário da Varig às empresas TAM e Gol como a melhor saída para a crise da empresa. Dessa forma, o tráfego aéreo ficaria a cargo das duas empresas, enquanto a Varig atuaria exclusivamente nas linhas internacionais. Nos próximos dias, o Conselho da Varig deve estudar esta proposta do governo, a qual não coincide com o plano de reestruturação apresentado pela companhia. (Jornal do Brasil – Colunas – Boechat – 26/11/04).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br
Jornal do Brasil – www.jb.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br
O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a

observatorio@franca.unesp.br

****O Informe Brasil** é uma produção do **Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)** do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy (bolsista PIBIC/CNPq), Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsista FAPESP) e Guilherme Miranda (graduandos em Relações Internacionais), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.